

A ONU E SUA INFLUÊNCIA NA QUESTÃO ENERGÉTICA: UMA ANÁLISE SOBRE A EVOLUÇÃO E OS RUMOS CONCEDIDOS AO LONGO DE 40 ANOS DE DEBATES

The UN and its influence in the energetic issue: an analyze of the evolution and the directions granted during the 40 years of debates

*Giovana Souza Freitas¹
Erick Raupp Ghabril²*

Introdução

A energia é considerada insumo básico, fundamental e estratégico para as nações, daí o empenho para conseguir ofertá-la da forma mais eficiente possível, com menor custo e mínimo impacto ambiental, de forma a conseguir suprir a demanda de uma civilização que construiu, ao longo do tempo, um padrão de vida intensivo e até mesmo dependente dela.

Discutir a questão energética perpassa as fronteiras nacionais, compreendendo desde processos integracionistas, surgidos para viabilizar a aquisição de energia entre países distintos, até conflitos que emanam de negociações mal sucedidas e apropriações indevidas de recursos energéticos. A energia pode, nesse sentido, ser elemento propulsor da integração e cooperação ou de conflitos entre os países.

Diante disso, justifica-se a presença de organismos internacionais que intencionam contribuir para garantir e manter a paz e a segurança no mundo. Estes, dotados de uma base institucional consolidada, poderão auxiliar os países na tomada de

¹ Doutora em Economia pela UFRGS. Professora do Curso de Relações Internacionais da UniRitter. E-mail: giovana.souza@terra.com.br

² Acadêmico do Curso de Relações Internacionais da UniRitter. E-mail: ghabril002@terra.com.br

decisões, para que realizem ações em conformidade com os princípios e objetivos defendidos por estes.

Dessa forma, a Organização das Nações Unidas (ONU) se destaca como organismo que, apesar de não estar diretamente relacionado ao setor energético, exerce influência sobre o mesmo, dada a abrangência e envergadura do trabalho que realiza, procurando, acima de tudo, contribuir para organizar os estados membros, principalmente no que tange à manutenção da ordem e da paz entre eles.

Sendo assim, o presente artigo propõe-se a analisar o que vem sendo debatido e definido sobre a questão energética no âmbito da ONU, ao longo de quarenta anos de discussões, realizadas em grandes conferências internacionais, que congregam todos ou a maior parte dos países membros. Trata-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa e analítica. Para a sua consecução, buscou-se informações em documentos e relatórios publicados pela organização a cada conferência realizada e, como auxílio à análise, obteve-se apoio na literatura existente, em autores que, por ora, também dedicam-se ao tema.

O presente artigo compõem-se de uma breve descrição da instituição analisada, seguida de uma síntese sobre as principais conferências até então realizadas para, posteriormente, analisar o enfoque que as mesmas conferem à questão energética. Busca-se identificar os principais pontos debatidos e a evolução percebida no tratamento do tema a cada novo evento. Posteriormente, realiza-se uma discussão sobre o que foi encontrado, procurando inter-relacionar com o que vem sendo implantado pelo setor energético brasileiro.

Organização das Nações Unidas (ONU): uma breve caracterização

A ONU é uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, fundada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Os membros são unidos em torno da Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional.

Além disso, é dever da ONU auxiliar para que a cooperação entre os países possa contribuir na solução de problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural e humanitária e constituir-se em centro de convergência das ações dos estados na luta pelos objetivos comuns. Por desempenhar este papel, a ONU influencia indiretamente nas ações de tomada de decisão de diversas instituições.

No tocante à energia, muito do trabalho que vem sendo desenvolvido por esta instituição relaciona-se às questões geopolíticas que emanam dos interesses divergentes das nações que precisam de energia para garantir a manutenção e o desenvolvimento dos sistemas produtivos e, por outro lado, das nações que dispõem de grandes reservas de recursos energéticos em seus territórios, o que possibilita a comercialização com outros países.

Em virtude disto, desde muito tempo, os conflitos armados entre nações que se mostram rivais demonstram o quão imperioso é o espaço detentor de reservas (principalmente de petróleo), o que faz com que o desejo de apropriação e exploração destas culmine em disputas frequentes. Analisar estas situações proporciona o entendimento sobre a geopolítica das nações.

Para Pinto JR. (2007), a problemática existente no tocante à energia passa pela conjugação dos fatores geopolíticos (o que explica as tensões e os conflitos entre nações detentoras de petróleo e outros recursos energéticos importantes no cenário internacional) e os relativos à dinâmica das estruturas de oferta e demanda.

O petróleo é um elemento de influência nas relações geopolíticas contemporâneas, desde quando se tornou a matriz energética básica da sociedade industrial e o elemento fundamental para o funcionamento da economia moderna. Neste contexto, cabe uma reflexão sobre os efeitos geopolíticos de uma futura mudança da matriz energética global, já que o esgotamento do petróleo vai obrigar a economia global a convocar outras fontes de energia, como as bioenergias, a nuclear ou as células de hidrogênio, o que trará, decerto, transformações referentes à competitividade dos empreendimentos do setor (BARROS, 2007).

Conforme este autor, no plano da geopolítica mundial do petróleo, uma reedição da “diplomacia privada”, antes subordinada à soberania e à autonomia estatal, traduz o

domínio crescente da razão econômica sobre a razão política. Os países do Oriente Médio (membros da OPEP), supridores dos maiores mercados mundiais de petróleo e gás experimentaram nas duas últimas décadas, um acentuado processo de mudança e crise, cujos desequilíbrios dinâmicos negativos assumem efeitos de realimentação e instabilidade crescentes, tornando-se a área do mundo mais sensível e aguda de conflito mundial focalizado. São economias e sociedades de risco, cuja identidade comunitária se alicerça na ideologia religiosa para enfrentar as ameaças de fragmentação do tecido produtivo e social.

A resolução destes conflitos e o conseqüente estabelecimento de acordos entre as nações, que versem sobre a forma como serão utilizados e explorados os recursos energéticos, são condições importantes para garantir a paz internacional e a segurança da população, sendo que muitas das orientações estabelecidas pela ONU vem sendo deliberadas nas conferências que realiza periodicamente, ocasião em que reúne seus países membros.

As conferências internacionais da ONU

O início da década de 1970 foi um marco no debate da questão ambiental, ocasião em que a comunidade acadêmica, algumas organizações e até membros da sociedade civil passaram a questionar o uso indiscriminado dos recursos naturais que corroboraram para garantir o desenvolvimento alcançado ao longo das décadas anteriores. A primeira grande conferência realizada pela ONU, em 1972, foi palco de discussões e debates que colocaram em xeque todo o padrão de desenvolvimento até então alcançado.

Desta data, até os dias atuais, passaram-se quarenta anos e vários eventos desse porte já foram realizados. Considera-se que essas conferências geram impactos positivos no momento em que conseguem:

- Criar um espaço para discussão e apresentação dos principais problemas ambientais que precisam ser resolvidos e/ou atenuados;

- Mobilizar os governos dos países-partes para o encontro de alternativas que possam ser eficientes na busca por melhores níveis de sustentabilidade;
- Gerar acordos e resoluções que devem ser implementados pelos países partes;
- Gerar comprometimento por parte dos governos que devem prestar contas de forma regular à ONU sobre as suas ações na busca pela melhoria dos índices ambientais.

Sendo a energia um insumo estratégico para o desenvolvimento e a manutenção da paz entre as nações, esse tema vem sendo debatido nas conferências internacionais realizadas pela ONU.

A questão energética nas conferências da ONU

Embora a questão energética não seja tratada como pauta principal nas reuniões da ONU, sempre é considerada, quando se discutem aspectos relativos à questão ambiental. Pela relevância que possui enquanto organismo internacional que exerce influência sobre as instituições ligadas diretamente à energia, cabe avaliar o que vem sendo discutido nas principais conferências realizadas até então pela ONU, procurando verificar a forma como a energia foi tratada nas mesmas e o que está sendo pensado para o setor energético.

No intuito de alertar para a existência de um problema global em que todas as nações deveriam trabalhar em prol da sua amenização e/ou mitigação é que a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia. Este evento foi um marco na discussão da questão ambiental e a ele se sucederam uma série de outros importantes eventos desta ordem que vem ocorrendo até os dias atuais, culminando com a Rio +20, no Brasil (Rio de Janeiro), ocorrida em julho de 2012. Os objetivos e as principais resoluções de cada um destes eventos estão a seguir apresentados:

Quadro 1 - Objetivos e principais resoluções das conferências da ONU

Ano	Conferência	Objetivos do evento	Principais resoluções do evento
1972	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano	<ul style="list-style-type: none"> - alertar os países sobre os problemas ambientais; - conscientizar sobre a necessidade dos países encontrarem alternativas para a mitigação dos problemas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); - Elaboração de um plano de ação que convocava todos os países e organizações internacionais a cooperarem na busca de soluções para auxiliar na minimização dos problemas ambientais.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável.
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> - fazer uma ampla revisão do que fora acordado nas reuniões anteriores para tentar avaliar os resultados obtidos pelos países na implementação das ações de mitigação dos problemas ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação das razões pelas quais tão pouco foi feito em prol da consecução dos compromissos firmados pelas nações e proposição de medidas que pudessem ser tomadas com o objetivo de viabilizar a sua realização.
2009	Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> - avaliar alternativas para prevenir os desastres climáticos; - definir a forma como os países deveriam desenvolver ações no intuito de promover a diminuição do aquecimento global. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promulgação do Acordo de Copenhague que reconheceu a necessidade de limitar o aumento das temperaturas globais a níveis menores que os ora existentes. No entanto, não estabelece metas de redução para os países cumprirem, o que concede ao documento pouca consistência.

2012	Conferência Rio + 20 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	- avaliar o que as nações conseguiram implantar ao longo do período compreendido desde a primeira conferência até então.	- Mais de setecentos compromissos foram registrados, dentre os quais, o consenso entre as nações no sentido de primarem pela erradicação da pobreza, pela igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.
------	--	--	---

Fonte: elaborado a partir das informações coletadas na pesquisa (2012)

Com base no quadro acima apresentado, verifica-se que, no que tange aos objetivos, as conferências conseguem abordar e tratar com destaque e relevância o que existe de mais grave a ser solucionado em termos ambientais, como a conciliação entre desenvolvimento socioeconômico e ambiental, prevenção de desastres climáticos, aquecimento global. Além disso, a Rio +20 apresentou objetivo bastante pertinente, enquanto reunião que intencionou avaliar os resultados conseguidos ao longo dos quarenta anos em que as reuniões aconteceram.

No tocante às resoluções de cada evento (que servem de base para os países partes para demonstrar o que deve ser feito dentro de seus territórios no intuito de contribuir para amenizar os problemas), identifica-se uma relevância maior no que compete às definições de termos e conceitos que se consagraram como adequados para tratar a questão ambiental como, por exemplo, o de desenvolvimento sustentável. Não obstante planos de ação tenham sido definidos e as nações tenham se comprometido em realizá-los, verifica-se pouca efetividade no cumprimento dos mesmos, o que pode ser verificado, principalmente, na Rio +20 que, apesar de se propor a avaliar os resultados obtidos, volta a firmar compromissos para os próximos anos, sem conseguir medir a efetividade dos resultados até então alcançados.

Essa situação, observada em termos genéricos para temas gerais tratados nas reuniões, estende-se para quando analisa-se especificamente o tratamento concedido à questão energética nessas conferências. A síntese dos principais temas abordados, os resultados obtidos e o enfoque concedido à questão energética está apresentada no quadro a seguir:

Quadro 2 - Os principais temas e resultados das conferências da ONU e o enfoque concedido à questão energética

Ano	Conferência	Principais temas abordados	Principais resultados	Enfoque sobre a questão energética
1972	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas ambientais - Acordos de cooperação entre países - Alternativas de mitigação dos problemas 	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração sobre o Meio Ambiente Humano - Plano de Ação na busca de solução para os problemas ambientais 	- Ocorreu indiretamente quando se primou pelo I) controle e redução da poluição; II) regulação e controle do uso da energia nuclear.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação e proteção dos ecossistemas - Desenvolvimento socioeconômico x sustentável - Biodiversidade - Aquecimento global 	<ul style="list-style-type: none"> - Agenda 21 - Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas - Convenção sobre Diversidade Biológica - Convenção sobre Mudanças Climáticas (Protocolo de Kyoto) 	- Foi pequeno, ocorrendo apenas menção à necessidade de controle das emissões de gases de efeito estufa, o que está relacionado à utilização de combustíveis fósseis.
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas ambientais - Desenvolvimento sustentável 	- Plano de Implementação	- Concedeu importância a esta área com propostas de substituição das fontes energéticas tradicionais para as renováveis.

2009	Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima	<ul style="list-style-type: none"> - Prevenção de desastres climáticos - Aquecimento global 	- Acordo de Copenhage	- Se deu na atenção à necessidade de uso de energia limpa e renovável
2012	Rio+20 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> - Erradicação da pobreza - Igualdade de gênero 	- Documento The Future we want	- Foi pequeno, mas teve sua importância reconhecida como elemento de inclusão e desenvolvimento.

Fonte: elaborado a partir das informações coletadas na pesquisa (2012)

Com base no quadro, acima apresentado, verifica-se que todas as conferências geraram resultados importantes, o que é demonstrado através de acordos, planos e declarações que tiveram de ser firmados pelos países partes que se comprometeram em cumpri-los. No entanto, se por um lado, eles concedem diretrizes e bases para servir de referência às nações, no que tange às definições que devem ser feitas dentro dos territórios nacionais, com relação à forma de tratar a questão ambiental, por outro, parece que a sua efetiva implantação foi difícil, ou seja, geraram poucos resultados e estes não foram mensurados e avaliados por ocasião da Rio +20.

O enfoque concedido à questão energética mostrou-se expressivo somente na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (2002) que enfatizou a energia como necessária para garantir a sustentabilidade das nações. Entretanto, os aspectos tratados sobre essa temática nas diversas conferências serão mais amplamente abordados no tópico a seguir apresentado.

O debate sobre a questão energética nas conferências da ONU

As instituições internacionais e regionais estão entre as principais definidoras de diretrizes que servirão de base para as instituições nacionais no momento da elaboração de programas, planos e ações a serem executados no setor energético. Tendo em vista a

relação entre energia e desenvolvimento das nações, a preocupação em definir prognósticos para o setor energético passa a ser constante por parte da ONU.

A inserção da energia oriunda de fontes alternativas é um dos principais temas frisado nas conferências até então realizadas. Elas contribuem para a diversificação da matriz produtiva mundial que é considerada uma das estratégias mais importantes das políticas energéticas ligadas à oferta. Um dos requisitos para assegurar segurança energética é a diversificação, o que foi constatado a partir do Primeiro e Segundo Choques do Petróleo, pois demonstraram a fragilidade do setor energético diante de tamanha crise de oferta. A importância da diversificação continua assumindo relevância atualmente, tendo sido um dos principais aspectos definidos por ocasião da Rio +20.

Relacionado à preocupação em aumentar a utilização de energias renováveis na matriz energética mundial, estão os resultados das conferências (sintetizados no quadro anterior). Estes resultados pretendem criar nos países membros o comprometimento quanto à implantação de ações que possam amenizar os problemas ambientais.

Ainda assim, verifica-se um caráter abrangente e pouco específico às áreas de interesse em que existem problemas que precisam ser solucionados para se promover avanços em direção à sustentabilidade. Conforme verificado, a questão energética foi mais especificamente considerada apenas na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002.

Não obstante, o Plano de Ação formulado na primeira conferência em 1972 já havia mencionado a problemática relacionada à energia. Naquele momento, a energia nuclear era vista como foco de preocupação, o que levou a estabelecer que a utilização da mesma deveria ser regulada e controlada. Havia temor de que os insumos nucleares fossem conduzidos para fins bélicos, através da construção de bombas e mísseis. A partir da intensificação das preocupações com a poluição ambiental, o temor está relacionado ao local em que serão depositados os dejetos (resíduos) das usinas produtoras.

Por cerca de 30 anos o desenvolvimento de novas usinas nucleares no mundo foi paralisado³. Contudo, recentemente, o interesse por esta fonte de geração de eletricidade tem crescido, principalmente quando se considera o volume de energia que se pode gerar sem maiores emissões de poluentes e num espaço físico reduzido (ELETRONUCLEAR, 2009).

Antes do início da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, alguns países se reuniram para a realização de Reuniões Preparatórias. O governo brasileiro apresentou intenções relativas à questão energética através de um documento que estabelecia que todos os países adotassem, em suas respectivas matrizes energéticas, até o ano de 2010, no mínimo 10% de fontes renováveis de energia. Esta iniciativa foi considerada uma das mais importantes a serem incluídas no Plano de Implementação desta Conferência. O Brasil teve o apoio da maioria dos países, mas contou com a resistência dos Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e da maioria dos países produtores de petróleo.

Com isso, depreende-se que um dos principais obstáculos para que ocorram acordos e consensos pelos países-partes sejam os interesses divergentes no que compete à utilização dos recursos naturais, o que inibe avanços na segurança energética. Os países emergentes baseiam sua posição no princípio das “obrigações comuns, porém diferenciadas”, que foi estabelecido no Protocolo de Kyoto.

Os países industrializados, por sua vez, insistem na tese de que o desmatamento das florestas é um dos principais causadores do aquecimento global na atualidade (responde por 20% das emissões globais) e exigem que os emergentes também assumam metas concretas e obrigatórias para reduzir suas emissões. Além do desmatamento, os governantes dos países ricos condenam o modelo de desenvolvimento em vigor (baseado na queima do carvão e do petróleo), utilizado por muitos países,

³ O Brasil conta atualmente com duas usinas nucleares em operação (Angra 1 – produtora de 657MW e Angra 2 – produtora de 1.350MW). A produção de eletricidade em 2006 foi o correspondente a 3,12% do total de energia elétrica produzida no País. Existe um projeto para construção de outra usina semelhante a estas duas: Angra 3 (que deverá ter capacidade para 1.350MW), o qual está aguardando licenciamento para dar continuidade às obras (EPE, 2006).

dentre os quais a China e na Índia. O crescente volume de emissões desses dois países é fator que contribui decisivamente para o aquecimento da atmosfera.

Pela falta de consenso entre os países, pela existência de interesses conflitantes e pela dificuldade em modificar um modelo de desenvolvimento intensivo em recursos naturais é que os países têm dificuldade em flexibilizar suas opiniões a ponto de que se promovam avanços nas rodadas de negociações que ocorrem nos eventos promovidos pela ONU. A questão energética está diretamente envolvida nestas discussões, principalmente quando se debate a necessidade de reduzir a quantidade de gases poluentes na atmosfera, o que veio a ser o objetivo principal do Protocolo de Kyoto.

Ao mesmo tempo em que, por um lado, as conferências internacionais esbarram em interesses divergentes entre os países, o que prejudica a implantação de planos para modificação da situação atual, por outro lado, parece que o Brasil está demonstrando condições de contribuir na promoção de avanços na área ambiental e energética, o que vem sendo verificado através da implantação de ações que vão ao encontro do que foi frisado nas conferências.

No intuito de corroborar para a intensificação da utilização de energias renováveis na matriz energética brasileira, o Governo Federal lançou, a partir de 2003, programas de apoio e estímulo à produção de energia limpa, como o Programa Luz para Todos, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) e o Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel. Com alternativas de produção de energia a partir de fontes renováveis ocorrendo nas várias regiões do País (pelos beneficiários desses programas), infere-se que esse tenha sido um importante passo para a diversificação da matriz energética brasileira, tornando-a menos poluente e menos dependente dos combustíveis fósseis, contribuindo para diminuir a poluição ambiental, ou seja, mais adequada ao que foi preconizado nas reuniões da ONU.

Essas iniciativas, se continuadas e intensificadas, podem modificar o padrão energético brasileiro que ainda tem predomínio dos combustíveis fósseis. Isto pode ocorrer a exemplo de países industrializados como a Alemanha e Áustria, dentre outros que promoveram a “descarbonização” de suas matrizes energéticas graças, principalmente, aos incentivos públicos e parcerias público-privadas.

Considerações finais

A energia foi tema relevante de discussão desde a primeira conferência, realizada em 1972. No entanto, observa-se destaque no tratamento das questões relativas à energia somente na conferência de 2002, ocasião em que foi elaborado o Plano de Implementação (um dos resultados da conferência) que apresentava a energia como elemento essencial para atingir os objetivos propostos pela ONU nessa reunião.

Em vista do que foi encontrado, não pode-se revelar uma evolução no tratamento da questão energética, pois após 2002 ela continuou sendo apresentada de forma importante a cada conferência realizada, mas não diretamente vinculada aos resultados obtidos. Além disso, apresenta-se o que deve ser feito, mas não como e quando, o que concede um caráter vago e pouco específico às discussões.

Este aspecto poderia ser modificado se a cada novo encontro fosse realizado um levantamento de dados e informações por parte dos países membros que demonstrassem, de acordo com o que foi firmado na reunião anterior, quais os esforços empreendidos para se conseguir cumprir o que foi estabelecido. Assim, poderia ser verificada a efetividade das ações empreendidas em cada nação, caso estas fossem medidas em números. Se isso fosse realizado, ações efetivas poderiam ser demonstradas. Quiçá a Rio +20 pudesse ter conseguido cumprir seu principal objetivo, ou seja, avaliar a evolução percebida nos últimos 20 anos, pelo que foi pauta na Rio 92.

Pela relevância que a questão ambiental exerce enquanto capaz de contribuir para o desenvolvimento das nações, contribuindo para a integração entre países e podendo, se bem gerenciada, selar a paz entre as mesmas, poderia ser mais priorizada e enfatizada pela ONU, o que pode contribuir para definir os rumos do setor energético nos países partes.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Adriana Mathias e OLIVEIRA, Jaime César de Moura. **O Brasil em fóruns internacionais sobre meio ambiente e os reflexos da Rio 92 na legislação brasileira** in *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba (PR): Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), n 102, p.5-27, jan./jun. 2002.

BARROS, Evandro Vieira. **A matriz energética mundial e a competitividade das nações: bases de uma nova geopolítica** in *Revista ENGEVISTA*, v. 9, n. 1, p. 47-56, jun./ 2007.

ELETRONUCLEAR – Eletrobrás e Termonuclear S.A. **Panorama da Energia Nuclear no mundo**. Edição jun./2009. Documento. Disponível em <<http://www.eletronuclear.gov.br>>. Acesso em 03/2010.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Balanco Energético Nacional 2010: ano base 2009**. Relatório final. Rio de Janeiro: MME/EPE, 2006.

LEMONS, Haroldo Mattos. **A agenda 21 no Brasil**. Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Instituto Brasil PNUMA, 2006. Disponível em <<http://www.brasilpnuma.org.br/agenda21>>. Acesso em 07/2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Mudanças climáticas e qualidade ambiental**. Brasília/DF, 2009. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)**. Documento. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/declaracao-de-ban-ki-moon-a-assembleia-geral-da-onu-sobre-os-resultados-da-rio20>>. Acesso em 07/2012.

PINTO JR., Helder Queiroz (Org.) et al. **Economia da Energia – Fundamentos Econômicos, evolução histórica e organização industrial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima**. Documento. Disponível em: <<http://www.brasilpnuma.org.br>>. Acesso em 09/2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report**. Nova York: Oxford University Press, 2004. Disponível em: <<http://undp.org/undp/hdro>>. Acesso em 05/2006.

TROBE, Sarah La e GREEN, Joanne. **Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável: água e desastres – transformando palavras em ações.** Londres: Tearfund, 2003. Disponível em: <<http://tilz.tearfund.org>>. Acesso em 03/2010.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). **Plano de Ação – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano.** Documento. Disponível em: <<http://www.unep.org>>. Acesso em 03/2009.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **Treaty Series.** Documento. New York: United Nations, vol. 1771, mai/1997. p. 107. Disponível em: <<http://untreaty.un.org>>. Acesso em 10/2010.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromikato. **Mudanças climáticas, Protocolo de Kioto e o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada. A posição estratégica singular do Brasil. Alternativas energéticas, avaliação de impactos, teses desenvolvimentistas e o papel do Judiciário.** Conferências. INDB – 12º Congresso Internacional de Direito Ambiental, v.1, 2008. Disponível em: <<http://www.planetaverde.org>>. Acesso em 06/2010.

Artigo recebido dia 25 de outubro de 2012. Aprovado em 08 de março de 2013.

RESUMO

Este artigo propõe-se a analisar o debate sobre a questão energética nas conferências realizadas pela ONU, avaliando a evolução concedida ao tema nos últimos quarenta anos. Constatou-se que as modificações por ora ocorridas no setor energético brasileiro demonstram uma convergência em relação ao que vem sendo preconizado pela ONU.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento, energia, conferências internacionais.

ABSTRACT

This article proposes to analyze the debates on the energy issue in the conferences realized by the UN, evaluating the evolution granted to the subject in the last forty years. It is noted that the modifications for now occurred in the Brazilian energy sector demonstrates a convergence in relation to what is being recommended by the UN.

KEYWORDS

Development, energy, international conferences.